



## **LEI ORDINÁRIA Nº 742**

*de 23 de outubro de 1991*

### **DISPÕE SOBRE ASSINATURA DE CONVÊNIO COM A ENERSUL, ALTERANDO PERCENTUAIS DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

*DR. JOELSON MARTINEZ PEIXOTO, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada no dia 08 de outubro de 1991, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei;*

#### **Art. 1º.**

*Fica o Poder Executivo autorizado a renovar convênio com a ENERSUL - Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul, objetivando a arrecadação da Taxa de Iluminação Pública que deverá ser cobrada, em duodécimos junto as contas de consumo de energia elétrica.*

**Art. 2º.** *O valor da taxa de iluminação pública será baseado em percentuais sobre o montante do consumo verificado mensalmente, até os limites a seguir estabelecidos:*

<b><u>RESIDENCIAL</u></b>	<b><u>% SOBRE TARIFA</u></b>
<b><u>FAIXA DE CONSUMO</u></b>	
0 - 30	Isento
31 - 50	Isento
51 - 100	5%
101 - 150	7%
151 - 200	9%
201 - 300	13%
301 - 400	15%
401 - 500	17%
Acima 500	19%

<b><u>COMERCIAL E INDUSTRIAL</u></b>	
<b><u>FAIXA DE CONSUMO</u></b>	<b><u>% SOBRE TARIFA</u></b>
0 - 30	Isento
31 - 50	Isento
51 - 100	15%
101 - 200	20%
201 - 300	25%
301 - 400	30%
401 - 500	30%
Acima - 500	35%

**Art. 3º..** O produto de arrecadação de Iluminação Pública destina-se, prioritariamente, ao pagamento, à ENERSUL, das contas de consumo de energia elétrica do sistema de iluminação pública, da manutenção da rede de iluminação pública e das despesas com a execução de projetos relacionados com a expansão ou melhoria da rede para iluminação pública.

**Art. 4º..**

Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 23 DE OUTUBRO DE 1991.

DR. JOELSON MARTINEZ PEIXOTO PREFEITO MUNICIPAL

